

Política de formação de doutores no exterior e legitimidade da elite acadêmica no Brasil contemporâneo

Policy of doctoral training abroad and legitimacy of the academic elite in contemporary Brazil

Leonardo Francisco de Azevedo

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Rogéria Campos de Almeida Dutra

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a conformação de uma elite específica no Brasil – doutores com formação internacional – frente ao cenário contemporâneo de redução de investimento público nas universidades e centros de pesquisa no país. O projeto de fazer parte de um seleto grupo de brasileiros que circula pelas principais universidades do mundo, fazendo pesquisa em grandes laboratórios com reconhecidos pesquisadores, tem sido confrontado com a pouca capacidade interna de integração destes pesquisadores após anos no exterior. A partir de uma pesquisa em desenvolvimento com pesquisadores que receberam bolsas de uma agência de fomento brasileira para realizar doutorado no exterior, parte-se da hipótese de que a elite acadêmica tem enfrentado dificuldades na construção de sua legitimidade, apesar do papel histórico que desempenhou na consolidação do Estado brasileiro. A despeito do prestígio que envolve tal tipo de mobilidade internacional, bem como a escala do investimento efetuado – tanto no que se refere aos recursos públicos quanto aos investimentos profissionais, emocionais e afetivos – estes pesquisadores indicam encontrar, em seu retorno ao Brasil, dificuldades de reinserção profissional e condições pouco favoráveis ao desenvolvimento de suas pesquisas. Compreendendo melhor este segmento específico dos acadêmicos brasileiros, pretende-se contribuir com o debate sobre as condições atuais da carreira científica no Brasil.

Palavras-chave: Antropologia das elites, Elite acadêmica, Estado brasileiro, Mobilidade acadêmica, Cosmopolitismo.

Recebido em 26 de abril de 2021.
Avaliador A: 13 de agosto de 2021.
Avaliador B: 20 de agosto de 2021.
Aceito em 18 de outubro de 2021.



ABSTRACT

The present paper aims at investigating the building of a particular elite group in Brazil – doctors with international training – given the contemporary scenario of reduced public investment in universities and research centers in the country. The project to be part of a select group of Brazilians who circulates through the world’s leading universities, doing researches in major laboratories with renowned researchers, has been frustrated by the lack of opportunities of integrating themselves in the Brazilian higher education system after years abroad. Based on an ongoing study with researchers who carried out their Ph.D. abroad, granted by Brazilian development agency scholarships, this paper starts from the hypothesis that this academic elite has been facing difficulties in gaining legitimacy regardless of the historical role it played in the process of Brazilian State building. Despite the prestige that this type of international mobility involves, as well as the scale of the investment made – concerning public resources and professional, emotional, and affective investments – these researchers indicate that, on their return to Brazil, they are unable to carry out their researches. By better understanding this specific segment of Brazilian academics, we intend to contribute to the debate about the current conditions of the scientific career in Brazil.

Keywords: Anthropology of elites, Academic elite, Academic mobility, Brazilian state, Academic mobility, cosmopolitanism.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O crescimento contemporâneo de uma onda neoconservadora, no Brasil e no mundo, vem ocorrendo com o apoio – ou pelo menos incentivo – de grande parte das elites econômicas e políticas estabelecidas. Tal movimento tem como características a valorização excessiva de pautas religiosas e moralizantes dos direitos de minorias e populações vulnerabilizadas – como mulheres e população LGBT; interesses econômicos baseados no agronegócio e exploração desenfreada de recursos naturais – em detrimento de pautas ambientais e direitos da população indígena e quilombola; rentabilização de direitos sociais básicos – como saúde e educação; e informalidade e precarização das condições de trabalho. Tais pautas produzem efeitos “desdemocratizadores”, nos termos de Brown (2006), enfraquecendo princípios e racionalidades que sustentavam a vida social até então, como liberdade política, igualdade e cidadania (BROWN, 2006; MACHADO, 2020).

Porém, não são apenas grupos vulneráveis que se tornaram alvo nestes novos tempos. Os interlocutores do presente artigo – acadêmicos e pesquisadores brasileiros – não têm vivido

dias fáceis, apesar de serem vistos como um grupo privilegiado em detrimento da maioria da população do país. Mesmo com o avanço considerável no número de matrículas em vagas de ensino superior no Brasil nas últimas décadas, ainda é pequena a parcela desse grupo que tem acesso à pós-graduação, nomeadamente o doutorado. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2019, apenas 21% dos brasileiros de 25 a 34 anos tem diploma de ensino superior. No que se refere à pós-graduação, o Brasil tem apenas 0,8% de pessoas de 25 a 64 anos com mestrado enquanto a média dos países que integram a organização é de 13%. Já em relação ao doutorado, tal dado é ainda mais discrepante. Entre os 35 países analisados, de diferentes continentes, que possuem dados disponíveis sobre o tema, o Brasil tem a quarta menor taxa de pessoas entre 25 e 64 anos com o título. Enquanto a média de doutores nas nações que compõem a organização é de 1,1%, a média brasileira é de 0,2% do total da população nessa faixa etária. O Brasil só supera o México e a Costa Rica, que tem uma taxa de 0,1%, e a Indonésia, que nem chega a pontuar (FERREIRA, 2019; OECD, 2019).

Há, porém, dentro deste grupo, uma parcela ainda mais “privilegiada” – doutores em reconhecidas instituições internacionais, financiados com recursos públicos. É sobre essas pessoas que o presente artigo se debruça – pesquisadores que realizaram doutorado pleno no exterior entre os anos de 1999 e 2014, com bolsa da principal agência de fomento à pós-graduação do país.

Pretende-se, a partir dos relatos destes ex-bolsistas, compreender se esse grupo pode ser entendido, ou não, como uma elite no Brasil, considerando as novas configurações socioeconômicas e de poder no país. Parte-se da hipótese que cientistas e acadêmicos, por constituírem uma elite estritamente “estatal” no Brasil, dependem sobremaneira das elites políticas e econômicas, que possuem maior capacidade de ditar os rumos das políticas e investimentos do Estado brasileiro. O capital científico daqueles não se sobrepõe ao capital político e econômico destes, apesar de seu papel fundamental no processo de modernização do Estado, na construção de autonomia e promoção do “desenvolvimento” do país, particularmente no caso brasileiro.

Se podemos identificar uma posição relativamente vulnerável de cientistas e acadêmicos, a “nova onda conservadora” (SOLANO, 2018) tem produzido efeitos complexificadores neste processo. Essas elites “tradicionais” têm sido questionadas e, em alguma medida, substituídas por novas elites autocráticas – representadas mundialmente por Trump, Erdogan, Bolsonaro, dentre outros, que, através de um movimento classificado por Appadurai (2020) como “populismo de cima”, se utilizam de ferramentas eleitorais para uma “saída em massa da democracia”. E muitos dos eleitores que optaram por esses candidatos, o fizeram por ambivalência e

desencanto – desilusão com a política e com a democracia (JUNGE *et al.*, 2021).

Há uma revolta, na conduta política destes atores, contra alguns consensos já conquistados e estabelecidos, bem como contra as outras elites que os deslegitimam, como as elites econômicas tradicionais, liberais, seculares, cosmopolitas, intelectuais, artísticas e acadêmicas. Esse grupo, portanto, disfarça seu próprio elitismo através de um discurso anti-elite. E, sobretudo, se revoltam contra aqueles que acreditam terem tomado “ilegitimamente” o poder das “elites reais”: negros nos Estados Unidos, muçulmanos e secularistas na Índia, militantes de esquerda e população LGBT no Brasil, dissidentes, ONGs e jornalistas na Rússia, religiosos, minorias culturais e econômicas na Turquia, imigrantes, trabalhadores e sindicalistas no Reino Unido, dentre outros. Essa é uma revolta daqueles que pensam ser verdadeiras elites contra aqueles considerados como usurpadores ou falsas elites (APPADURAI, 2020).

A crise que se instala vai além dessa atitude contra grupos e sujeitos, mas se configura pela revolta, destas novas elites autocráticas, contra consensos e valores que foram – gradualmente e à custa de grandes esforços – construídos nas democracias liberais, tais como os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Nesse sentido, sistemas de freios e contrapesos, regulamentações, deliberação e racionalidade procedimental são mecanismos “odiados” por estes novos líderes, pois exigem paciência e adesão a certa racionalidade coletiva. Esta revolta, portanto, é uma revolta contra a democracia, e representa o esforço de uma elite para substituir outra (APPADURAI, 2020), levando a “sociedade de risco” (BECK, 2018) a seu ponto mais extremo – ou seja, não está em risco apenas as condições climáticas e financeiras, mas os próprios princípios de modernização e reflexividade construídos historicamente pelo mundo ocidental.

Este novo cenário de “luta entre elites” (SLOBODIAN, 2021) impõe dificuldades e desafios, se fazendo necessárias novas abordagens teóricas e experimentações metodológicas. Pretendemos aqui analisar a situação da elite acadêmica, que apesar de não pertencer a um grupo de pessoas muito ricas – pertencem às camadas médias (VELHO, 1998) ou a estratos sociais em ascensão (LEMOS *et al.*, 2009) – pode ser entendida como “elite” ao compor “grupos socialmente privilegiados – mesmo que mais em termos simbólicos do que materiais” (CASTRO, 2015, p. 12). Apesar de terem conquistado sua legitimidade ao longo da história do país, acadêmicos e intelectuais se tornaram atualmente um dos principais alvos das novas elites. Observar o papel que tiveram no processo de formação do Estado brasileiro nos auxiliará a melhor compreender uma faceta desta luta entre elites, e os efeitos que pode trazer para a ciência e ensino superior no Brasil.

UMA ELITE DO ESTADO?

Devemos a Bourdieu (2014), a indicação de que o intelectual é, sobretudo, um agente do Estado. Ao considerar o Estado como fonte do poder simbólico, onde se produz princípios de legitimação da vida social, o autor chama a atenção para o fato de que pessoas que constituem o Estado – dentre elas os intelectuais – são reconhecidas como seus representantes oficiais, com capacidade de transformar seu ponto de vista particular em ponto de vista legítimo. “O efeito de universalização é, por excelência, um efeito de Estado” (BEZERRA, 2015, p. 490).

O Estado, enquanto bem público e universal, submete seus agentes – funcionários e políticos – às obrigações próprias a sua manutenção. Demonstrar que se está trabalhando pelo coletivo e universal é uma das estratégias utilizadas, pelos agentes do Estado, para se obter reconhecimento e se beneficiar do capital simbólico proveniente. Há que se considerar, no entanto, que além das disputas na construção e legitimação permanente do Estado, há tensionamentos entre os agentes sociais que buscam monopoliza-lo. As disputas entre os agentes do mesmo campo ou de campos distintos (político, econômico, intelectual etc.) visam fazer com que seu ponto de vista e poder prevaleçam como legítimos (BOURDIEU, 2014; BEZERRA, 2015). Nesse sentido, não cabe pensarmos o Estado enquanto uma ideia, mas enquanto um sistema, com uma pluralidade de setores, instituições e órgãos, com histórias singulares que operam e são operados, em diferentes termos (ABRAMS, 2006; SOUZA LIMA; FACINA, 2020).

Cientistas e professores universitários estão engendrados nessas redes e nesses campos de disputa. Constituem-se através do Estado – por suas instituições de ensino e credenciais – e é através dele que se mantêm e renovam seus quadros. Tal como os políticos, dependem do Estado – tanto em termos materiais como em termos simbólicos. Se isso, por um lado, garante alguma estabilidade, implica a disputa permanente, estando sua condição de existência e/ou permanência, vulnerável, seja aos grupos políticos e econômicos que disputam o poder, seja a mudanças conjunturais decorrentes. Pode-se aqui recorrer a Gramsci (2000) para pensar o Estado como um espaço de disputa constante por hegemonia de projetos políticos, disputa essa instável e temporária, exigindo a produção permanente de consensos mínimos. Nestes termos, as elites políticas e econômicas, apesar das divergências que por vezes existiam, legitimavam a elite intelectual brasileira – havendo inclusive confluência entre elas – como intelectuais ocupando espaços importantes em instituições políticas e econômicas no país ao longo de sua história. Assim, vale lembrar que a legitimidade, em termos weberianos, provém do efetivo poder de dominação de determinados grupos e instituições, através do Estado (WEBER, 1991).

A construção do Estado moderno brasileiro, aliás, está diretamente ligada à constituição de uma elite intelectual cuja formação acadêmica ocorreu fora do país. Nos períodos colonial e imperial, a circulação internacional das elites brasileiras, focada, sobretudo no trânsito entre colônia e metrópole, era fator essencial para manutenção do poder, destacando-se em particular o papel que juristas e magistrados – a exemplo do que já ocorria em Portugal – ocupavam na administração pública e na política no Brasil. Uma elite burocrática e política sistematicamente treinada em Direito na Universidade de Coimbra, fundada em 1290 na metrópole portuguesa (CARVALHO, 1981).

Até a Independência, Coimbra teve papel central na formação desta elite nacional, responsável pela constituição do Estado brasileiro. No período pós-independência, o cenário se altera sensivelmente, com o pleno funcionamento das escolas de nível superior criadas no país durante a estadia da família real¹, visando a formação de profissionais para ocupar cargos burocráticos do Estado e promover a expansão urbana do país (BURGOS, 1999). Contudo, as condições da atividade científica no país permaneceram precárias, dada a instabilidade financeira e política das instituições educativas; não havia à época no Brasil um reconhecimento, por parte da sociedade, do valor e importância da atividade científica, em virtude da falta de interesse e investimento público. Dessa forma, os empreendimentos científicos no Império se limitavam à solução de problemas concretos ou à vontade do Imperador, sem padrões mínimos de autonomia capazes de gerar estabilidade e reprodução (CARLOTTO, 2013; SCHWARTZMAN, 1979).

Mesmo com a existência do ensino superior, apenas grupos privilegiados tinham acesso, devido à oferta precária de educação básica no país. Os cursos de Direito criados tinham como referência o curso de Coimbra, mas houve mudanças significativas no conteúdo aqui trabalhado, com maior ênfase nas demandas do novo país, como direito mercantil e marítimo: “a ideia dos legisladores brasileiros era a de formar não apenas juristas, mas também advogados, deputados, senadores, diplomatas e mais altos empregados do Estado” (CARVALHO, 1981, p. 62).

A elite política brasileira, portanto, era altamente educada, se comparada com o restante da população do país. Enquanto a grande maioria de ministros e senadores possuía ensino superior, a taxa de alfabetização no país situava-se em torno de 15%. E para esse grupo, ir para o exterior era parte constitutiva de sua própria formação, que afetou conseqüentemente o processo

¹ Como a criação da Real Academia dos Guardas-Marinhas e a Academia Real Militar (1808 e 1810), seguidas pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador (1813 e 1815) e pela Academia de Belas Artes, em 1820. As escolas destinadas à formação da elite política surgiram após a Independência, com dois cursos de Direito criados em 1827 e iniciados em 1828, em São Paulo e Olinda. Também foi criado em Ouro Preto uma Escola de Farmácia (1839) e de Minas (1876) (CARVALHO, 1981).

de modernização do país – uma “modernização pelo alto” (DOMINGUES, 2002). Tal cenário, contudo, ganhou novos contornos institucionais durante o século XX, com a criação das universidades brasileiras. É nesse processo, com a consolidação dessas instituições e a consequente criação de cursos de pós-graduação, que se começa a criar no Brasil uma elite preponderantemente intelectual, sem estar necessariamente vinculada aos campos políticos e econômicos do país.

No período inaugural, entre os anos de 1930 e 1950, com vistas a consolidar as instituições universitárias no país, predominaram os programas de cooperação internacional com ênfase na acolhida de professores visitantes², com motivação principalmente acadêmica³. Contudo, essas iniciativas não contemplavam a contento a demanda nacional de formação de pesquisadores, identificando-se uma dependência do exterior para formação em pós-graduação (CURY, 2004). Neste contexto, são criados o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1951 (LIMA; CONTEL, 2011).

É na década de 1960 que se efetiva a institucionalização dos cursos de pós-graduação no Brasil, e consequentemente nas políticas de internacionalização das universidades brasileiras. A então Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, principalmente nas áreas de Física e Biologia, adotou o modelo das *graduate schools* norte-americanas, bem como criou a Comissão Coordenadora dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, a COPPE, em 1963⁴. A pós-graduação, porém, só foi regulamentada a nível nacional em 1965, através de parecer do Conselho Nacional de Educação⁵ que distinguiu pós-graduação *Lato* e *Stricto Sensu* e definiu as características dos cursos de mestrado e doutorado, estruturando a pós-graduação brasileira a partir do

2 A criação da Universidade de São Paulo, por exemplo, foi possível devido à vinda de pesquisadores e professores estrangeiros para o país através de uma política orquestrada de atração de cérebros internacionais que formaram as primeiras gerações da universidade. Também ocorre, nesse período, a fundação da Universidade do Rio de Janeiro, com o curso de Direito. (CURY, 2004; LIMA; CONTEL, 2011).

3 Cabe lembrar que esse movimento estava em afinidade ao que estava acontecendo no Brasil à época. O processo de fortalecimento do Estado e da administração pública no governo Getúlio Vargas, com a criação de um parque industrial, consolidação das leis trabalhistas, urbanização, busca por autonomia e autossuficiência, bem como a consolidação de um sistema educativo nacional. Os cursos de graduação na área de ciências humanas, por exemplo, tinham como objetivo a formação de formadores, atendendo a demanda da formação de professores (AZEVEDO; FERREIRA, 2006; CARDOSO, 2010).

4 Foi também na década de 1960 que novos cursos de pós-graduação no país foram abertos, dentre eles: mestrado em Matemática, na Universidade de Brasília; doutorado, no Instituto de Matemática Pura e Aplicada; mestrado e doutorado na Escola Superior de Agricultura de Viçosa, assim como foram abertos cursos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (LIMA; CONTEL, 2011, p.63-64).

5 Parecer nº 977/65 do Conselho de Educação Superior, aprovado em 3 de dezembro de 1965 (ALMEIDA JÚNIOR, 2005).

modelo norte-americano (FERNÁNDEZ, 2012). O início da pós-graduação no Brasil, portanto, esteve fortemente associado ao Estado, através da busca por referências internacionais. Nesse processo, “o Estado impõe-se, ou melhor, vai-se impondo como garantidor do desenvolvimento científico, visto como importante para a busca da autonomia nacional.” (CURY, 2004, p.121).

Durante a ditadura militar, a pós-graduação foi considerada setor estratégico para receber investimentos públicos, endossando o nacionalismo e desenvolvimentismo que orientaram grande parte da política do regime, defendendo a “soberania” do país em relação à suas próprias riquezas naturais. Para os militares, o incipiente campo científico no Brasil era causa de nosso “atraso”, não consequência de uma dependência histórica que afetava todos os níveis educacionais do país. Foi nesse período em que foi firmado o acordo USAID-Nordeste, enviando cerca de 1.200 bolsistas brasileiros para os Estados Unidos. Destes, 20% voltaram com títulos de pós-graduação de universidades americanas (CURY, 2004).

No bojo dessas políticas se criaram medidas que visaram garantir o retorno e permanência de pesquisadores brasileiros no país, como estímulos para fixação de cientistas e lei para regulamentar a revalidação de diplomas estrangeiros no país (CURY, 2004). Havia uma preocupação, por parte do governo brasileiro, em formar os docentes para as jovens universidades brasileiras, com uma recente política de pós-graduação no país. O primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979) é incisivo em dizer que torna necessário capacitar os docentes das instituições brasileiras, sendo que nas áreas em que não houvesse formação disponível no país deveria ocorrer convênios e intercâmbios com instituições estrangeiras⁶. A pós-graduação, à época, assumia uma posição estratégica, tanto em termos educacionais, como para o modelo de desenvolvimento vigente no regime militar (CURY, 2004). A “modernização autoritária” (MOTTA, 2014), ao mesmo tempo que censurou, cassou, torturou e matou vários estudantes e professores universitários (muitos foram compulsoriamente aposentados), promoveu uma forte política estatal de qualificação de recursos humanos qualificados no país, focado nas áreas consideradas “estratégicas” à época, como petróleo e agricultura (CURY, 2004).

Essa política de concessão de bolsas para doutorado pleno no exterior, iniciada nos anos de 1950 e consolidada nos anos de 1980, alterou significativamente o público a quem ela se destinava, ou seja, os estratos sociais que puderam ter acesso à pós-graduação no exterior. O que antes era restrito aos estratos superiores, pôde se tornar acessível às camadas médias brasileiras

⁶ Para isso, foi criado o Programa Institucional de Capacitação Docentes, com vistas a formar, entre 1975 e 1979, 16.800 mestres e 1.400 doutores. Nesse plano, havia a previsão de conceder 7.650 bolsas/ano no exterior. Nesse mesmo período, foram criadas as políticas de bolsas tanto da CAPES quanto do CNPq para pós-graduandos (CURY, 2004).

(MARTIN, 2004). Nesse mesmo período, foi publicado o terceiro Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989). Enquanto nos dois primeiros a ênfase estava na formação de docentes e pesquisadores brasileiros no exterior, nesse começa-se a enfatizar a necessidade de estadias de curta duração (conforme o doutorado sanduíche, que depois se tornará hegemônico enquanto política) em detrimento da formação completa no exterior (BRASIL, 2009). Até o ano de 1985 mais de 40% dos doutores brasileiros tinham obtido seu título em instituições estrangeiras, enquanto que na década seguinte este número cai pela metade (CGEE, 2015). Há quem indique que esses dados simbolizam a passagem de uma dependência das instituições de pesquisa internacionais para uma relação de interdependência (BRITO, 2004).

Para Schwartzman (2009), a principal justificativa governamental para alterar a política de bolsas para o exterior se deve à consolidação do sistema de pós-graduação no país, não sendo necessário enviar tantas pessoas para cursar o doutorado pleno no exterior a um custo tão alto⁷. Além da questão dos gastos, a preocupação em torno da “fuga de cérebros” e da qualidade da formação desses estudantes no exterior também estavam presentes.

Com esta breve análise histórica – que apresentou em linhas gerais o desenvolvimento das políticas de mobilidade acadêmica internacional no Brasil, sem abordar em sua totalidade a complexidade, descontinuidades e dinâmicas mais amplas do ensino superior brasileiro, como articulado em artigo recente de Carlotto (2021) – fica evidente como a formação da pós-graduação no Brasil e a formação de recursos humanos no exterior foram parte de uma política deliberada do Estado brasileiro. Assim, o investimento estatal possibilitou a construção de um sistema de pós-graduação consistente no país.

Nessa *ação deliberada do Estado*, o envio de professores para o exterior constitui um patamar básico para a disseminação endógena de programas de mestrado e de doutorado no país e para a sua consolidação qualificada. Nesse sentido, o papel da pós-graduação no exterior revestiu-se, no início, de uma função importante: o de ser um momento formativo, a fim de possibilitar o desenvolvimento autônomo da pós-graduação no país. Hoje, sem a força inicial, a pós-graduação no exterior continua a oferecer seus préstimos, com novos ângulos, próprios de um intercâmbio propiciador de trocas, atualização e aperfeiçoamento (CURY, 2004, p.135, grifo do autor).

A formação internacional dessas primeiras gerações permitiu a construção de um sistema universitário qualificado no país, fortemente vinculado ao Estado, com financiamento

⁷ Além da bolsa mensal para manutenção da vida dos estudantes no exterior, há os custos referentes à mensalidade nas universidades, instalação desses bolsistas na cidade estrangeira, passagem de avião, seguro-saúde, dentre outros gastos. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/carta-de-servicos-bolsas-auxilios-exterior>. Acesso em: 26 abr. 2021.

público cada vez mais escasso no Brasil contemporâneo. Apesar desse processo modernizador do Estado brasileiro, nossas elites políticas e econômicas mantiveram seu caráter excludente e arbitrário, com seu passado escravocrata e rural. Tais componentes se mantêm na arena política atual, através da invocação de “valores (neo) conservadores”, atuantes no processo de desconstrução de conquistas consolidadas a partir do Estado, mas também pela sociedade civil – de ampliação de acesso a direitos a grupos historicamente marginalizados (SOUZA LIMA; DIAS, 2020). As elites, no geral, conseguem permanentemente renovar seus quadros, em um movimento, sobretudo, familiar, através de heranças – econômicas, mas também de capital político e simbólico (NUGENT; SHORE, 2003). O mesmo, porém, não ocorre com os intelectuais e a elite acadêmica, em função de sua dependência do Estado e a fragilidade na disputa da hegemonia, ameaçando sobremaneira o processo de renovação dos quadros científicos do país.

UMA ELITE EM FORMAÇÃO? ENQUADRE METODOLÓGICO

Para a realização da presente pesquisa, optou-se por eleger como interlocutores pesquisadores que realizaram doutorado pleno no exterior entre os anos de 1999 e 2014, com bolsa da principal agência de fomento à pós-graduação do país. Tal período se justifica por buscar um cenário mais recente, marcado pela consolidação e expansão do sistema universitário brasileiro, com aumento do número de vagas em cursos de graduação, pós-graduação (BARROS, 2015; CARLOTTO, 2021) e também de bolsas para formação no exterior – sobretudo bolsas de graduação, mestrado e doutorado sanduíches – como o Programa Ciência sem Fronteiras, criado em 2011 (DUTRA; AZEVEDO, 2016). Além disso, tal recorte leva em consideração diferentes situações conjunturais no espectro político – no período retratado o Brasil teve três diferentes presidentes, em quatro mandatos distintos (segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, dois mandatos de Lula da Silva e o primeiro mandato de Dilma Rousseff).

Os doutores formados no exterior na segunda metade do século XX refletiam o momento de uma pós-graduação ainda em construção no país, vendo-se obrigados a irem para o exterior cursar mestrado e doutorado – conforme destacado na seção anterior, a pós-graduação no Brasil se institucionalizou apenas nos anos de 1960, com ainda poucos cursos e programas estruturados. Contudo, os interlocutores da presente pesquisa se inseriram em outro cenário de oferta de cursos de mestrado e doutorado no Brasil, pois a partir dos anos de 1990 o sistema de pós-graduação brasileiro consegue absorver grande parte desta demanda (CGEE, 2015). Sendo

assim, considerando haver condições estruturais para a formação em pós-graduação no Brasil nos anos 2000, suscitou compreender as razões e processos pelos quais esses atores passaram para optar pela formação no exterior – e seus desdobramentos.

Para acessar tal grupo, buscou-se dados referentes a todos os ex-bolsistas que iniciaram e concluíram o doutorado nesse período – através da ferramenta da Lei de Acesso à Informação – e, a partir desse material, fez-se uma primeira revisão, ajustando as informações recebidas com os critérios estabelecidos pela pesquisa. Nesse processo, foram identificados 1.915 bolsistas. Posteriormente fez-se contato, através de e-mail, com aproximadamente 150 deles, levando-se em consideração a diversidade de gênero, de países, cursos, áreas de formação e ano de ingresso, dos quais 39 se dispuseram a conceder entrevistas em profundidade – 20 vivendo atualmente no exterior e 19 no Brasil.

Considerando a diversidade de localidades em que esses pesquisadores vivem – em diferentes cidades do Brasil e do exterior – coincidente com a situação de pandemia de COVID-19 durante os anos de 2020 – ano em que grande parte da coleta de dados foi realizada, a maior parte das entrevistas foi realizada à distância, por plataformas de comunicação *on-line*. É a partir dessas conversas que apresentaremos a próxima seção.

UMA ELITE DESAMPARADA?

Se as universidades e a elite acadêmica foram fundamentais no processo de configuração do Estado brasileiro – apesar do cunho elitista, haja vista sua afinidade ao discurso racialista no início do século XX no país (SOUZA LIMA; DIAS, 2020) – sua dependência das políticas de governo faz com que as disputas dentro do campo político estejam permanentemente presentes. O Brasil, ao construir um sistema consolidado de pós-graduação e pesquisa durante a segunda metade do século XX, produziu mecanismos eficientes de formação de novos quadros e renovação geracional, sem grandes perdas, considerando que estudantes e pesquisadores que iam para o exterior, em sua grande maioria, retornavam e conseguiam se integrar ao sistema universitário brasileiro (VELHO, 2001). E, sobretudo na primeira década do século XXI, o número de matrículas em instituições de ensino superior mais que dobrou (de 3.036.113, em 2001, para 6.379.299, em 2010), aumentando, conseqüentemente, o número de vagas de docentes no ensino superior (BARROS, 2015).

A estadia no exterior, através de financiamento público, é consequência direta de uma

política de Estado, forjada e aprimorada em diferentes governos, com vistas à manutenção de formação desses novos quadros. Esse processo vinha ocorrendo de forma ascendente, destacando-se que a maioria dos brasileiros doutores titulados em instituições estrangeiras concluíram seus estudos a partir de 2000 (51,44%) (CGEE, 2015).

Contudo, recentemente, a situação tem se alterado. Aqueles que não conseguiram posições que desejavam no país, ou ainda estão à procura de melhores empregos ou optaram por voltar para o exterior. E mesmo entre os que se encontram empregados atualmente, há uma série de desconfortos e insatisfações com a condição de se fazer ciência no país. Quando se pensa em elites, se pensa em privilégios e facilidades que se tem frente à maioria despossuída. No caso do grupo aqui estudado, possuem diploma de doutorado – o que é relativamente raro na sociedade brasileira – realizado em uma universidade estrangeira – o que faz esse grupo ser ainda mais seletivo. Nesse sentido, o que diferencia o grupo aqui analisado é o capital simbólico que possui através de credenciais educacionais em universidades prestigiadas mundo afora. Se tais credenciais tornam esses sujeitos relativamente valorizados em um grupo social específico – no caso no campo científico em que o capital científico e de mobilidade são valorizados – em outros contextos sociais tal capital tem pouco efeito. As dificuldades do retorno e da inserção profissional no país faz com que esse grupo tenha várias questões e discordâncias com relação à própria política que os beneficiou.

Alexandre⁸, por exemplo, realizou doutorado na Espanha, na área de “Saúde”⁹, concluindo-o no final dos anos 2000¹⁰, e revela a sua insatisfação quanto ao retorno.

A volta foi uma das piores coisas que aconteceu assim. Tu chega, num dia tu é o doutor internacional, tu é recebido no aeroporto, e no dia seguinte tu não sabe o que que tu vai fazer amanhã. Não tem plano, nada preparado assim, não tem. E eu tinha uns colegas que também estavam voltando e todo mundo passava mais ou menos por esse mesmo baque. Quando tu chega de volta, pra onde tu vai? Tudo que tu tem tá na tua bolsa, tua mala, daí tu volta, vai pra casa de um amigo, pra casa de um familiar, e aí tu tem que se reestabelecer.

A crença de que as credenciais obtidas no exterior proporcionariam reconhecimento automático no Brasil não se manteve quando retornaram, como explica André, que fez doutorado na Nova Zelândia, na área de “Exatas e da Terra”, concluindo-o na metade dos anos 2000.

8 Todos os nomes utilizados neste artigo são pseudônimos.

9 As categorias de áreas de conhecimento aqui utilizadas são as mesmas utilizadas pela CAPES na classificação dos cursos de pós-graduação no Brasil, no que se refere às grandes áreas.

10 Informamos apenas o indicativo do período em que o interlocutor concluiu o seu doutorado, para que o anonimato seja garantido.

[...] eu volto para o Brasil, e obviamente esse é um dos problemas que a gente enfrentava, porque eu não estava preparado... [eu havia pensado] tranquilo né, 4 anos fora, volto para o Brasil, diploma de doutor, PhD na Nova Zelândia, as portas vão se abrir, [...] vou conseguir passar em concurso de qualquer universidade. Não foi tão fácil assim.

Para Fernando, que estudou nos Estados Unidos na segunda metade dos anos 2000, na área de “Engenharias”, o que conta no retorno não é competência ou os méritos de sua pesquisa, mas sorte.

E realmente eu tive muita sorte. Eu acho que assim, infelizmente, depende muito de sorte. É uma carreira que não deveria, que deveria depender de meritocracia, mas depende de sorte. Por exemplo, eu voltei pro Brasil, consegui a bolsa de pós-doutorado, rapidamente teve um concurso público que se abriu, consegui ser aprovado nesse concurso. Há vários colegas meus que tiveram que esperar às vezes três, quatro anos, para surgir um bom concurso, ou para ser aprovado. Então você precisa de sorte sim, estar no lugar certo, na hora certa. Se eu tivesse voltado, por exemplo, 1 ano antes, eu não sei se eu teria que ter esperado por dois anos e meio, ou se eu tivesse voltado 1 ano e meio depois, eu não sei quando teria um concurso, por exemplo.

Para muitos desses pesquisadores, o fato de ter ficado por um longo período no exterior faz com que as redes de contato e profissionais existentes no Brasil ficassem enfraquecidas ou deixassem de existir. Sendo assim, ao retornarem, encontraram tais dificuldades por estarem por muito tempo operando em outros contextos e redes.

Tal situação, portanto, aponta certa vulnerabilidade desse grupo. Pertencer, momentaneamente, a um seletivo grupo de pesquisadores internacionais, não garante uma inserção profissional qualificada no país. Ana, que retornou ao Brasil após anos na Alemanha – fez doutorado na área de “Agrárias”, na primeira metade dos anos de 2010, tentou por diversas vezes se inserir em uma universidade brasileira. Após diferentes tentativas e decepção, retornou para o exterior.

Eu estava na casa da minha mãe, então eu fui na universidade, perguntei se tinha algum pós-doutorado. [...] Eu falava assim, olha, eu tô aqui na minha cidade, eu acabei de sair de um doutorado na Europa, eu tenho tanta bagagem, deixa eu voluntariamente participar dos projetos, com as traduções, com orientação de aluno, ninguém me abriu uma porta. Eu não sei o que aconteceu. [...] Não sei se era o momento que o Brasil estava vivendo, que realmente era muito difícil e eles não viam perspectiva de bolsas, de pós-doutorado. [...] e então eles me falavam: olha, agora, no momento, nós não temos nada pra você. [...] Então eu tentei, tentei, tentei e eu me decepcionei muito com o Brasil. Depois [...] quase três anos depois saiu a vaga [que eu estava esperando de pós-doc]. Mas claro, pra mim foi um sinal de que não era pra mim [...] eu falei, não vou voltar pro Brasil pra tentar um concurso que eu sei que eu não vou passar.

Tal situação, para alguns, perdurou por um longo tempo após o retorno. A incapacidade de conseguir uma posição desejada fez com que o plano de ser um pesquisador no Brasil se

tornar duvidosa e partirem em busca de outras possibilidades. É o caso do Vitor, que depois do doutorado no final dos anos 2000 no Canadá, na área de “Biológicas”, está há anos tentando uma vaga em alguma instituição brasileira e, sem sucesso, planeja mudar de carreira.

Depois que eu fui rejeitado para voltar para Michigan [para um pós-doutorado] eu apliquei para vários empregos no exterior também além de no Brasil que eu estou aqui ansioso para receber uma resposta de uma universidade, que também abriu vaga para pós-doutorado. Mas na minha cabeça é o seguinte, se até o fim desse ano eu não conseguir nada, por mais difícil que esse ano seja, eu vou largar mão de tudo da ciência, da biologia, e vou trabalhar com outra coisa, porque não dá pra ficar desempregado por mais tempo. [...] se eu mentir que eu não tenho doutorado nem mestrado é capaz de arrumar emprego mais fácil, nas universidades particulares.

Esta foi a situação de Iris. Depois de concluir seu doutorado na França, na área de “Humanas”, na primeira metade dos anos de 2010, voltou ao país, mas logo regressou ao exterior.

Então, durante o doutorado eu publiquei, apresentei coisas, colóquios, congressos, etc. No final de 2015 me casei e falei “vou pro Brasil, tentar fazer minha carreira lá” – lembrando que nesse meio período, eu passei num concurso aqui [na França], pra ser professora substituta [...] então dei aula um semestre, mas aí chegou a data de voltar, por imposição da Capes, então eu voltei pro Brasil. Fui sozinha, larguei minha posição aqui como professora substituta na época. Larguei e fui para o Brasil, fiquei três meses procurando emprego e prestei um concurso público também, que não passei [...] daí começou aquela coisa toda do golpe, do *impeachment* e tudo e aí a situação econômica do país piorou bastante, desemprego, etc. Eu não consegui, eu nunca nem fiz entrevista pra conseguir, pra ter emprego no Brasil. Então, depois de algum tempo, eu voltei pra cá, e quando eu voltei eu comecei a trabalhar, consegui um emprego aqui [na França]. [...] Eu voltei com a cabeça de que “vou procurar um emprego de segunda a sexta, de oito às dezoito, como todo mundo, os engravatados”, vamos dizer assim. Falei “vou dar um tempo na academia, não sei se é isso que eu quero”, e aí eu deixei a academia de lado e comecei a trabalhar em outra área.

Tal sentimento, no entanto, não é exclusivo dos que não conseguiram emprego. Fernando, já citado anteriormente, hoje é professor de uma importante instituição brasileira e lamenta a forma com que os pesquisadores são tratados no país.

Eu acho que o Brasil trata mal os seus pesquisadores, no geral. Não é no estado de São Paulo, não é em Minas Gerais. O Brasil trata mal. O Brasil precisava tratar melhor os seus pesquisadores, mas é claro, tem que exigir dos pesquisadores também. Então assim, tem que fazer, como em qualquer área, nem só na pesquisa, mas em qualquer área da sociedade, a gente tem que começar a exigir mais da gente mesmo. [...] E só fico um pouco chateado que o país não acolhe. A próxima geração de pesquisadores, por exemplo, vai ter grandes problemas, eu acho. E é essa próxima geração que tem a chance de mudar alguma coisa. Porque certamente as gerações anteriores não mudaram nada, e se mudaram alguma coisa, mudaram um pouco pra pior. Apesar de algumas pessoas que foram heróis aí e que infelizmente tiveram que também combater esses problemas.

E comenta a situação de vários colegas que optaram por fazer carreira no exterior, por não conseguirem posições correspondentes a sua formação no país.

Tenho colega que foi um ano depois de mim, para os Estados Unidos, voltou também um ano depois de mim, fez doutorado no MIT, uma ótima instituição. Voltou pro Brasil, mas não aguentou. Não conseguiu se inserir aqui e voltou para os Estados Unidos. Hoje ele já é americano. O Brasil perdeu essa pessoa. Tenho um colega que também fez doutorado na Bélgica. Voltou pro Brasil, não conseguiu sequer uma bolsa de pós-doutorado. Tudo que ele tentou, ele foi recusado. Ele arrumou emprego como professor na Holanda. Hoje ele é professor em uma universidade de ponta na Holanda. Então a Holanda deu um emprego pra ele como professor e o Brasil – falaram que ele era muito ruim. Veja, e eu tenho mais colegas nessa situação. Vários colegas meus não quiseram voltar pro Brasil, então quando eu estava terminando o doutorado, tinham alguns pós-docs que chegaram lá nos Estados Unidos e todos eles – era um número grande, 4 ou 5 pessoas, todos eles devolveram dinheiro pra CAPES, preferiram pagar de volta a bolsa de pós-doutorado e preferiram ficar nos Estados Unidos. Hoje dois são professores nos Estados Unidos e três trabalham em empresa. O Brasil perdeu essas pessoas.

Este pesquisador, inclusive, aponta certo arrependimento em ter voltado ao país quando terminou o doutorado. Abriu mão de boas oportunidades de trabalho no exterior e hoje não está satisfeito com o trabalho no Brasil.

Hoje eu me arrependo. Por quê? Eu terminei o doutorado e daí também tive oportunidades de emprego lá. Tive três oportunidades de emprego e tive oportunidade de fazer um pós-doutorado também. Na época, como eu tinha um visto J né, eu era obrigado a voltar pro Brasil – eu falei não, vou voltar pro Brasil e é o que eu gostaria de fazer. Então tive essas oportunidades, mas eu achava: não, eu quero ir pro Brasil. E na época o Brasil estava, digamos, a situação econômica do Brasil estava razoavelmente boa e eu tinha acabado de pegar uma crise nos Estados Unidos. Então eu tinha uma expectativa grande de que eu poderia ser absorvido no Brasil e contribuir bastante. E os últimos anos têm deixado muito a desejar, então assim, essas oportunidades, que eu acabei recusando na época, hoje eu me arrependo disso. Assim como vários colegas que eu conheço, ou voltaram pra lá, ou se arrependem também, ou estão abandonando carreira acadêmica. Mas na época não, eu queria mesmo voltar para o Brasil e os primeiros anos foram bons.

Rita, que fez doutorado no Reino Unido no início dos anos de 2010, na área de “Biológicas”, e hoje é professora de uma universidade brasileira, também lamenta a forma como a pesquisa acontece no país. Recém-contratada no Brasil, conta das dificuldades que teve em ser contratada e da forma que o país lida com o trabalho do pesquisador. Para ela, a experiência na instituição estrangeira fez com que ela valorizasse mais seu próprio trabalho e não aceitasse mais se submeter a certos regimes de trabalho em pesquisa que são comuns no Brasil.

Eu acho que pode ter dificultado porque me fez ficar difícil. Eu acabei subindo o nível do que era aceitável pra mim. Por exemplo, eu poderia muito bem ter feito um

pós-doc voluntário. Tava super fácil de eu me inserir na pesquisa do Brasil, super rápido, qualquer um ia me aceitar. Só que o meu nível, do que eu aceito, estava muito alto, justamente por eu ter esse doutorado no exterior no meu currículo, eu acho que eu merecia melhor, vamos dizer assim, eu queria melhor. Então eu acho que ficou difícil por eu ter ficado mais crítica nesse sentido. [...] Se eu tivesse ficado no Brasil eu talvez teria dito: ah, muito obrigado por deixar eu aqui trabalhar de graça pra você, fazer sua pesquisa, teria sido assim. Como eu vim de outro mundo, de lá, ninguém trabalha de graça lá, é inaceitável isso lá. Tinha um pesquisador de outro país, que a esposa dele ajudava ele a fazer umas coletas. Isso virou um bafafã no Instituto: 'Como assim essa mulher tá trabalhando aqui de graça. Isso é absolutamente inaceitável. Sei que o tempo é dela, ela faz o que quiser com o tempo dela, mas isso é inaceitável'. A universidade se responsabiliza pela pessoa que está trabalhando ali. Então é outro mundo que eu aprendi lá, são outros valores que são muito superiores, no meu entender. Então voltando pra cá eu queria continuar com esses valores, de dar valor para o ser humano, dar valor ao trabalho, ao trabalhador. Como assim trabalhar de graça? Isso não existe. Aqui no Brasil é ok. Não sei, às vezes eu vou me adaptar e vou começar a aceitar, e ver que é a realidade mesmo, já que não tem dinheiro pra pesquisa, então vou aceitar alguns 'escravos', vamos dizer assim.

E apesar de estar atualmente bem inserida profissionalmente, em uma reconhecida universidade brasileira, não desconsidera a possibilidade, em um futuro próximo, de ser obrigada a deixar o país novamente.

Se a gente olhar a situação política e econômica do Brasil, eu tô realmente considerando essa opção. Eu acho que se a tendência for só piorar, só ter menos apoio para a ciência, e menos, menos, e menos, vai chegar uma hora que isso vai afetar a qualidade da minha pesquisa também, da minha carreira profissional e eu acho que vou ter que considerar isso no futuro, porque se isso começar a impedir meu trabalho, não vou ter opção. Então considero essa alternativa sim, se eu for impedida de fazer pesquisa no Brasil, por motivos econômicos, políticos, seja o que for.

Tais situações, além de afetar diretamente a trajetória de cada um desses pesquisadores, também têm impacto para o país como um todo. Apesar do alto valor investido pelo Estado brasileiro na formação desses cientistas, a ausência de políticas para a inserção profissional e da garantia de condições satisfatórias de trabalho ao retornarem faz com que esses sujeitos reconsiderem a permanência no Brasil e cogitem construir suas carreiras no exterior.

Sendo assim, como considerar que tais pessoas, vivendo situações limites, podem ser consideradas como constitutivas de uma elite, haja vista não serem capazes de ditar suas próprias regras? A situação, evidenciada por esses doutores, indica a perda de legitimidade, por parte da elite intelectual brasileira, pelo Estado, enquanto financiador e garantidor da realização de pesquisas e formação intelectual no país.

ESTAMOS REALMENTE FALANDO DE UMA ELITE?

Os interlocutores do presente texto podem ser definidos, em termos gerais, como uma elite altamente “globalizada”. Considerando que a universidade brasileira só recentemente passou a adotar medidas mais inclusivas e democratizadoras – e mesmo assim ainda não é acessível a grande parte da população – conseguir fazer uma graduação e pós-graduação, e ainda no exterior, indica um grupo socialmente privilegiado.

Entretanto, tal posição de privilégio não garante a esses atores capital suficiente nas disputas travadas no Estado brasileiro. A política de formação de doutores no exterior, enquanto uma política de Estado, de alto custo, com capacidade de produzir efeitos positivos no desenvolvimento de certa independência e soberania científica do país, se apresenta instável graças a elites pouco adeptas a posições “nacionalistas”. Se se acreditava no papel “civilizatório” das elites, sendo a elite intelectual sumidade nesse processo, através da construção de uma “soberania pensante”, sobretudo no momento atual em que recursos humanos altamente qualificados se tornam os principais recursos na geopolítica internacional – e no contexto da pandemia de COVID-19 isso se torna ainda mais evidente, com a disputa global pelas escassas vacinas – no Brasil vivemos um momento de modelo de desenvolvimento contracivilizatório, em que o Estado opera contra políticas de investimento em ciência e tecnologia no país. Há, por parte das elites tradicionais – que em certa medida integram o atual cenário de deslegitimação das elites acadêmicas –, um certo espírito cosmopolita colonizado, que reconhece a “cultura” europeia e norte-americana, mas pouco se identifica com as instituições culturais brasileiras; haja vista a pouca sensibilidade com o incêndio do Museu Nacional, por exemplo.

Tal situação torna ainda mais evidente que a ciência brasileira, tendo o Estado enquanto principal indutor de políticas e fomento, se encontra em uma posição fortemente vulnerável. Os recentes discursos governamentais anticiência, constituídos por ressentimento e visões negacionistas, ajudam a deslegitimar o prestígio e posição que até então as universidades e os intelectuais possuíam no país. Destituídos do debate público, restam as medidas de resistência, visando manter o que se conquistou nas últimas décadas. Esse cenário faz parte de um contexto mais amplo de desorganização epistêmica.

Diferentes realidades parecem proliferar em um contexto de desorganização epistêmica profunda, no qual a comunidade científica e o sistema de peritos de modo mais amplo deixam de gozar da confiança social e da credibilidade que antes detinham, tendo, portanto, sua capacidade neguentrópica significativamente reduzida. Nesse processo [...] circuitos neguentrópicos diferentes do sistema de peritos ganham força, como

a política populista, o pensamento conspiratório e “encantado”, e outras formas de performatividade das mediações algorítmicas (CESARINO, 2021, p.77-78).

Nesse processo, a desestruturação do Estado social tem produzido fragilidade nas estruturas epistêmicas até então vigentes, como o sistema de peritos. Cesarino (2021) aponta que tal movimento – de enfraquecimento dos intermediários autorizados e “monopólios” da mediação que organizavam a produção e circulação de informação na esfera pública – faz parte do neoliberalismo enquanto sistema vigente, que não é apenas um regime econômico, mas também uma forma de vida. Neoliberalismo esse que, através de tecnologias de governo, foram se instalando concomitante à crescente ampliação da esfera pública no período pós-redemocratização no país (SOUZA LIMA; FACINA, 2020).

Dessa maneira, o capital simbólico que garantia aos doutores posições estratégicas – sobretudo aqueles que obtiveram seu título no exterior – tem deixado de ter a potência que já teve décadas atrás. A neoliberalização dos diferentes regimes e sistemas, incluindo a vida acadêmica, tem produzido cenários de precariedade e desamparo. Como aponta Ferreira (2020, p.17), em um estudo conduzido com pesquisadores indianos na Europa, os privilégios desses sujeitos por ocupar posições sociais no espaço global das circulações acadêmicas são frágeis, graças à “precariedade acelerada da carreira científica que agora é legitimada pela ideia de ‘mobilidade’”. A condição de “privilegiados” se contrasta com a precariedade e insegurança presentes em suas dimensões cotidianas. O que esses sujeitos desejam é fixar-se em uma universidade em que seja possível construir uma “vida estável” como uma etapa importante na construção de um projeto profissional e de vida (FERREIRA, 2021, p. 78).

Sendo assim, estar momentaneamente em posições privilegiadas não é sinônimo de que constituem uma elite. Considerando que a conformação desses grupos, como já apontado anteriormente, é um fenômeno sociocultural, as circunstâncias políticas e sociais devem ser levadas em consideração em tais análises. O horizonte de incerteza desses doutores quando retornam ao Brasil, hoje acentuado – o que torna o debate sobre “fuga de cérebros” mais urgente –, é consequência de decisões e posicionamentos das outras elites que conformam o Estado brasileiro. Estar momentaneamente em um grupo privilegiado não significa que dele se faz parte – as trajetórias individuais e perspectivas futuras devem ser levadas em consideração quando se pretende investigar tais grupos.

O que temos vivenciado, portanto, é uma crise profunda na renovação de quadros científicos, em que as novas gerações, apesar de estarem aptas a realizar pesquisa de ponta, graças ao treinamento que obtiveram no país e no exterior, não conseguem vínculos profissionais que os permitam trabalhar. Logo, há uma crescente perda de legitimidade, em termos weberianos, da

elite intelectual no país, esta mesma que foi fundamental no processo de construção do Estado brasileiro como conhecemos hoje.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the State. *In*: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (ed.). **The anthropology of the state: a reader**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 112-130.
2. ALMEIDA JÚNIOR, A. *et al.* Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, n. 30, p. 162-173, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/NsLTtFBTJtpH3QBFhxFgm7L/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.
3. APPADURAI, Arjun. We are witnessing the revolt of the elites. **The Wire**, 22 Apr. 2020. Disponível em: <https://thewire.in/politics/populism-elite-narendra-modi-donald-trump>. Acesso em: 25 mar. 2021.
4. AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 213-254, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/bhnwWTMfWJLnKTxVLg4NbDJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.
5. BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGJT56LBxz9VCDCp7gr86Tf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.
6. BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco Mundial-em busca da segurança perdida**. Lisboa: Leya, 2018.
7. BEZERRA, Marcos Otavio. Resenha da obra ‘Sobre o Estado’. **Revista de História**, n. 173, p. 487-495, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/98814>. Acesso em: 18 out. 2021.
8. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2014.
9. BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **III PNPG: Plano Nacional de Pós-Graduação 1986-1989**. Brasília: CAPES, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/iii-pnpg-pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.
10. BRITO, Angela Xavier de. Habitus de herdeiro, habitus escolar: os sentidos da internacionalização nas trajetórias dos estudantes brasileiros no exterior. *In*: ALMEIDA,

- Ana Maria; CANÊDO, Leticia Bicalho; GARCIA, Afrânio; BITTENCOURT, Agueda Bernadete. **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
11. BROWN, Wendy. American nightmare: Neoliberalism, neoconservatism, and de-democratization. **Political Theory**, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2006.
 12. BURGOS, Marcelo Baumann. **Ciência na periferia: a luz síncroton brasileira**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1999.
 13. CARDOSO, Adalberto. Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. **Dados**, v. 53, n. 4, p. 775-819, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/y9QR6yy8Cb59jcbRWVMYVbx/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.
 14. CARLOTTO, Maria Caraméz. **Veredas da mudança na ciência brasileira: discurso, institucionalização e práticas no cenário contemporâneo**. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2013.
 15. CARLOTTO, Maria Caraméz. O campo brasileiro de ensino superior em perspectiva estrutural: tendências históricas e contemporâneas. **Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**, v. 10, n. 1, p. 37-60, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/12519>. Acesso em: 18 out. 2021.
 16. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
 17. CASTRO, Celso. Antropologia dos militares no Brasil: problemas, limites e perspectivas. *In*: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 2015, Montevideu. **Anais [...]**. Montevideu: Departamento de Antropologia Social da Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2015. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15253/Antropologia_dos_militares_no_Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 out. 2021.
 18. CESARINO, Letícia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/75630>. Acesso em: 18 out. 2021.
 19. CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. RELATÓRIO ANALÍTICO. Projeto Estudo sobre os Doutores Titulados no Exterior: expansão da base de doutores no exterior e novas análises (1970-2014). *In*: CGEE. **Recursos Humanos para CT&I**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/doutores_no_exterior_relatorio_final.pdf/51190028-757f-4499-ab3e-2c6e62c3532a?version=1.1. Acesso em: 18 out. 2021.
 20. CURY, Carlos Roberto Jamil. Qualificação pós-graduada no Exterior. *In*: ALMEIDA,

- Ana Maria; CANÊDO, Leticia Bicalho; GARCIA, Afrânio; BITTENCOURT, Agueda Bernadete. **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
21. DOMINGUES, José Mauricio. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **Dados**, v. 45, n. 3, p. 459-482, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/hxj8myMGhFkpQtRKk8xwyZj/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.
22. DUTRA, Rogéria Campos de Almeida; AZEVEDO, Leonardo Francisco de. Programa “Ciência sem Fronteiras”: geopolítica do conhecimento e o projeto de desenvolvimento brasileiro. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 52, n. 2, p. 234-243, 2016. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2016.52.2.10. Acesso em: 18 out. 2021.
23. FERNÁNDEZ, Eloisa. **Estudo dos ex-bolsistas inadimplentes de doutorado pleno no exterior: motivos e causas do insucesso – caso CAPES**. 2012. 81 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6663>. Acesso em: 18 out. 2021.
24. FERREIRA, Vinícius Kauê. “I left too late, I go back too often”: Sentiments of Belonging and Home among Indian Scholars in the United Kingdom. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 17, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/kQRRQpw4mKxG8ntgqRnYRmy/abstract/?lang=en>. Acesso em: 18 out. 2021.
25. FERREIRA, Vinícius Kauê. Neoliberalismo, precariedade e diversidade notas sobre a circulação de pesquisadores indianos na universidade britânica. **Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**, v. 10, n. 1, p. 77-101, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/12620/8780>. Acesso em: 18 out. 2021.
26. FERREIRA, Paula. Em meio a corte de bolsas, entre 35 países, Brasil é um dos quatro com menor número de doutores. **O GLOBO**, 10 set. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/em-meio-corte-de-bolsas-entre-35-paises-brasil-um-dos-quatro-com-menor-numero-de-doutores-23936357> Acesso em: 15 mar. 2021
27. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
28. JUNGE, Benjamin; JARRIN, Álvaro; CANTERO, Lucia; MITCHELL, Sean. Introduction: Ethnographies of the Brazilian Unraveling. In: JUNGE, Benjamin; MITCHELL, Sean; JARRIN, Álvaro; CANTERO, Leticia (org.). **Precarious democracy: ethnographies of hope, despair, and resistance in Brazil**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2021.
29. LEMOS, Ana Heloisa da Costa; DUBEUX, Veranise Jacobowski Correia; PINTO, Mario Couto Soares. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 7, n. 2, p. 368-384, 2009. Disponível em:

- <https://www.scielo.br/j/cebape/a/7BZ7BG3f4h7xZqFN6HGvdKP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.
30. LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fabio Betioli. **Internacionalização da educação superior: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento**. São Paulo: Alameda, 2011.
 31. MACHADO, Lia Zanotta. From the time of rights to the time of intolerance. The Neoconservative Movement and the Impact of the Bolsonaro Government. Challenges for Brazilian Anthropology. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 17, p. 1-35, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/Hg7whn7MnSjKx9yykr7GDxm/?lang=en>. Acesso em: 18 out. 2021.
 32. MARTIN, Monique de Saint. Introdução. In: ALMEIDA, Ana Maria; CANÊDO, Leticia Bicalho; GARCIA, Afrânio; BITTENCOURT, Agueda Bernadete. **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
 33. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
 34. NUGENT, Stephen; SHORE, Cris (ed.). **Elite cultures: Anthropological perspectives**. Londres: Routledge, 2003.
 35. OECD. **Education at a Glance 2019: OECD Indicators**. Paris: OECD Publishing, 2019. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2019_f8d7880d-en. Acesso em: 18 out. 2021.
 36. SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nacional/Finep, 1979.
 37. SCHWARTZMAN, Simon. Nacionalismo versus internacionalismo en las políticas de formación de recursos humanos de alto nivel. In: AUPETIT, Sylvie Didou; GÉRARD, Etienne (ed.). **Fuga de cerebros, movilidad académica, redes científicas: perspectivas latinoamericanas**. México: Cinvestat, 2009. p. 63-73.
 38. SLOBODIAN, Quinn. The backlash against neoliberal globalization from above: elite origins of the crisis of the new constitutionalism. **Theory, Culture & Society**, Apr. 2021.
 39. SOLANO, Esther *et al* (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.
 40. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; FACINA, Adriana. Brasil: por que (ainda) estudar elites, instituições e processos de formação de Estado? In: TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo. **Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais**. Brasília: ABA Publicações, 2019.
 41. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; DIAS, Caio Gonçalves. Anthropology and the State

in Brazil: questions concerning a complex relationship. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 17, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/GjZX4TQZZy9PX9mzCtCbmdK/?lang=en>. Acesso em: 18 out. 2021.

42. VELHO, Gilberto. **Nobres e anjos**: um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.
43. VELHO, Lea. Formação de doutores no país e no exterior: estratégias alternativas ou complementares? **Dados**, v. 44, n. 3, p. 607-631, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/4qHWFgtyM4CtB3jvRBTD9qK/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.
44. WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

Leonardo Francisco de Azevedo

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com período sanduíche no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5348-8084>. Colaboração: Coleta de dados, Pesquisa bibliográfica, Análise dos dados, Redação e Revisão. E-mail: leonardoazevedof@gmail.com

Rogéria Campos de Almeida Dutra

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8811-8796>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise dos dados, Redação e Revisão. E-mail: rcadutra@uol.com.br